

**O PAPEL DA IDENTIDADE NA CONSTRUÇÃO  
E NO EXERCÍCIO DA CIDADANIA**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Metodologia do Ensino de 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> séries do Ensino Fundamental, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora:  
Prof.<sup>a</sup> Cleusa Maria Fuckner

**“Que o pão encontre na boca  
o abraço de uma canção  
construída no trabalho.  
Não a fome fatigada  
de um suor que corre em vão.**

**Que o pão do dia não chegue  
sabendo a travo de luta  
e a troféu de humilhação.  
Que seja a benção da flor  
festivamente colhida  
por quem deu ajuda ao chão.**

**Mais do que flor, seja fruto  
que maduro se oferece  
sempre ao alcance da mão.  
Da minha e da tua mão”.**

**Thiago de Mello**

## DEDICATÓRIA

Aos meus filhos e esposo, companheiros de luta e de vida, por compartilharem meus sonhos e meus caminhos.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	8
<b>3 IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO</b> .....	21
3.1 OFICINAS DE HISTÓRIA .....	26
3.1.1 Oficina nº 01 – “Pivete” .....	26
3.1.2 Oficina nº 02 – “100 Anos de Liberdade - Realidade ou Ilusão” .....	27
3.1.3 Oficina nº 03 – “Não Pode” .....	28
3.1.4 Oficina nº 04 – “A Triste Partida” .....	29
3.1.5 Oficina nº 05 – “Alagados” .....	30
3.1.6 Oficina nº 06 – “Perfeição” .....	32
3.1.7 Oficina nº 07 – “Eu Sei Mas Não Devia” .....	32
3.1.8 Oficina nº 08 – “Você Sabe o Que é Ideologia?” .....	33
3.1.9 Oficina nº 09 – “Trabalhando a Identidade dos Alunos” .....	34
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	37
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	39
<b>ANEXOS</b> .....	41

# 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende investigar a construção do conceito de identidade, estudando o indivíduo e as relações sociais, num contexto específico.

Ao analisarmos a constituição de uma sociedade, não podemos deixar de considerar as relações do particular e do geral, do indivíduo e da sua ação sociocultural, da sociedade em estudo e das demais sociedades humanas mundiais. No Ensino Fundamental, para que o aluno possa refletir adequadamente as questões históricas, consideramos importante que ele próprio perceba-se como parte integrante da história, reconhecendo seu grupo social e valorizando a sua participação no contexto local e global. A História como área do conhecimento que possibilita ao aluno uma visão mais profunda das relações sociais vem desta forma, contribuir para a formação de um ser humano mais consciente, capaz de exercer a sua cidadania de forma crítica e participativa.

"O Ensino de História possui objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes o que se relaciona à constituição da noção de identidade. Assim é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas, entre as quais as que se constituem como nacionais." (PCN, 1997, p. 32)

Quando o indivíduo entende que ele faz parte de um grupo ou classe social, reconhecendo as suas diferentes formas de participação na realidade, passa a valorizar essas intervenções, percebendo-as como criações humanas que atendem às necessidades das sociedades ao longo do tempo e do espaço.

Ao olhar mais detalhadamente a sua realidade, refletindo as relações sociais que nela se estabelecem, o aluno constrói a sua identidade individual e social. Entretanto, para que esta análise não seja superficial ou equivocada, é imprescindível estudar a sociedade brasileira, em todas as suas contradições, pois trata-se da realidade do aluno, referencial imediato para suas comparações e reflexões. A sociedade brasileira caracteriza-se como um rico espaço de convívio de povos e culturas múltiplas, no passado e no presente, permitindo que o aluno identifique a sua própria história dentro de outras histórias, numa visão cada vez mais abrangente.

contar a história.

No estudo da sociedade brasileira destacamos a formação da população como importante elemento de análise para compreensão da identidade social. Ela apresenta características bem específicas, dentre as quais o intenso processo migratório que propicia certa perda de identidade, de memória coletiva, de desagregação de valores, onde o indivíduo não se reconhece como sujeito da história, mas sobrevive segundo regras da sociedade capitalista, marginalizado. O movimento populacional oscila das zonas rurais para as zonas urbanas, e dentro das cidades, para as regiões cada vez mais periféricas, por razões econômicas, sociais e políticas. São regiões onde o aluguel é mais barato ou não há legalidade para estabelecimento de moradias, como as margens de rios, por exemplo. As pessoas residem por tempo indeterminado, até que situações socioeconômicas ou o poder público as façam mudar novamente de lugar.

É importante ressaltarmos que os fatores acima destacados não são as únicas questões a serem discutidas sobre a formação social do Brasil, sobre a história dessa nação. Os alunos não podem sair do Ensino Fundamental, para prosseguirem seus estudos ou para entrarem no mercado do trabalho com uma "visão simplista e ingênua da sua realidade". "Se aqueles que são os produtores da riqueza nacional, da cultura, são privados da noção básica da história de sua própria formação, na realidade, vão ser passivos, marginalizados das decisões sobre os rumos desse país." (ARROYO, 1988, p. 17 e 18). O saber social trabalhado nas escolas não poderá enfatizar somente as relações interpessoais primárias, da família, da comunidade, mais próximas da criança, para que ela não formule conceitos de um mundo sem conflitos, irreal. As famílias dos nossos tempos se constituem de formas diversas e estão longe do ideal citado em alguns livros didáticos. Os pais se separam, a mãe ausenta-se com freqüência, o desemprego desestabiliza o casamento, os filhos têm expectativas diferentes. Essa é a imagem real e que deverá ser discutida e compreendida no coletivo da turma. Assim como na família, deverão ser discutidas todas as relações sociais conflituosas existentes no bairro, na cidade, no país e no mundo.

O mundo, segundo ARROYO, não é um lar maior onde os homens se amam como irmãos. Há que se discutir as lutas, os desencontros, as reivindicações ou as acomodações dos sujeitos da história, sem contudo estabelecer uma visão moralizante da realidade, pois esta é formada não só de relações afetivas e sociais,

mas principalmente das relações econômicas, das relações sociais em que se dá a produção e a exploração da terra e do homem. Ao discutirmos as questões de habitação com os alunos, por exemplo, é necessário incluir todos os elementos que permitem uma visão mais aproximada do real, as favelas, as invasões, as mansões, os latifúndios pois são produtos de uma distribuição inadequada de renda e de trabalho, de uma cultura de “opressor e oprimido”, de uma sociedade capitalista. A criança precisa compreender que não são naturais ou definitivas, mas que mudanças de ordem social, política e econômicas poderiam reverter esse quadro. Precisa reconhecer que seu cotidiano e a sua vida se inserem em relações globais. “O ensino do social deve ser mais esquematizado a partir do próprio saber social que nasce da experiência material da criança, da classe social e da formação brasileira de que cada cidadão e trabalhador participa”. (ARROYO, 1998, p. 23).

O aluno amplia os conhecimentos sobre si próprio ao conhecer melhor o outro, estabelecendo relações, comparando situações num processo de histórias vividas por sujeitos diversos. Quando identifica as semelhanças no grupo em que convive, percebe os elementos culturais comuns ao seu grupo social e à sociedade como um todo, verificando que outros grupos sociais construíram e constróem diferentes modos de viver ao longo do tempo e do espaço, segundo o seu entendimento e as suas necessidades.

Desta forma, enfatizamos que o trabalho pedagógico objetivando a construção do conceito de identidade deva partir da realidade da criança: a família, a escola, a vizinhança, o bairro. Realidade essa inserida em outras problemáticas mais globalizadas: a cidade, o estado, a nação brasileira, as sociedades das Américas, etc.

No cotidiano do aluno encontram-se presentes todas as problemáticas sociais das sociedades atuais como: a influência da mídia nos costumes e nos valores humanos; o consumismo de produtos desnecessários; os conflitos existentes nas relações de trabalho; a dependência econômica e social do Brasil frente ao capital estrangeiro; as relações de poder das nações mais ricas com as mais pobres, que se repetem em diferentes níveis; a violência, a falta de segurança; a certeza da impunidade; o desvio de recursos financeiros públicos; a má distribuição de renda no país e outros.

Ao estabelecer identidades e diferenças com outros indivíduos ou grupos sociais presentes no seu contexto como a família, a escola, a igreja, os espaços de lazer, o aluno terá condições de vivenciar a sua história individual integrada e inter-relacionada às outras histórias percebendo que todas fazem parte da História nacional e mundial. No tempo atual da criança existem hábitos, modos de pensar que nos remetem à outros modos e costumes do passado, presentes ainda na vida coletiva das pessoas. Dessa maneira, conhecendo e vivenciando outras histórias ela compreenderá melhor a si e ao coletivo da qual faz parte. Portanto, essa pesquisa se insere na discussão dos seguintes objetivos gerais de História para o Ensino Fundamental:

- Identificar o próprio grupo de convívio e as relações que estabelecem com outros tempos e espaços;
- Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles;
- Reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas, presentes na sua realidade e em outras comunidades, próximas ou distantes no tempo e no espaço;
- Questionar sua realidade, identificando alguns de seus problemas e refletindo sobre algumas de suas possíveis soluções, reconhecendo formas de atuação política institucionais e organizações coletivas da sociedade civil. (PCN, 1997, p. 41)

No ensino de História, espera-se que o aluno possa ler e compreender a sua realidade, posicionando-se, fazendo escolhas e agindo criteriosamente, utilizando-se de métodos de pesquisas que auxiliam o desenvolvimento de sua autonomia intelectual. Observando diferenças, semelhanças, continuidades e permanências que ocorrem no tempo e no espaço, estabelecendo comparações e relativizando sua atuação na coletividade, o aluno constitui com muito mais discernimento a sua identidade. Dessa forma o trabalho com as questões urbanas articuladas com as questões rurais locais ou nacionais, por conterem problemáticas do cotidiano da criança auxiliará a construção da identidade e a compreensão do conhecimento histórico. Para um estudo que estabeleçam maiores relações e reflexões destacamos os conteúdos articulados com os Temas Transversais, citados nos Parâmetros Curriculares Nacionais. São eles:



- As relações de trabalho entre indivíduos e as classes sociais;
- As diferenças culturais, étnicas, religiosas, de gênero, de sistemas econômicos e políticos;
- As lutas e conquistas políticas, efetivadas por indivíduos, classes e movimentos sociais;
- As relações entre os homens e a natureza, nas dimensões individuais, coletivas, contemporâneas e históricas; (PCN, 1997, p. 45)

Ao constatar que pessoas em épocas diferentes deixaram indícios de sua passagem, descobertos e mantidos pela coletividade, o aluno perceberá que ele e seu grupo social deixarão marcas na história local e global podendo buscar a adoção de posturas éticas e responsáveis de cidadania. Ampliando a capacidade de observação do seu entorno ele ampliará a capacidade de compreensão das relações econômicas, sociais e culturais do seu tempo, reconhecendo assim a presença de outros tempos no seu dia a dia. No ambiente escolar, interagindo com colegas da turma, professores e funcionários, conhecerá outras formas de pensar e de viver, diversos da sua família, o que enriquecerá o seu conhecimento e a sua percepção das relações sociais. “O homem começa a ser descoberto como agente real da história, como aquele que atua para que ela possa ocorrer, resgata a sua particularidade sem abandonar a sua universalidade enquanto ser humano”. (PINSKY, 1992, p. 21).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, no ensino da História, destacam abordagens no eixo temático da Localidade que consideramos importantes para as reflexões sobre a construção da identidade individual e social. A realização de levantamentos de diferenças e semelhanças entre os alunos da classe e entre eles e as demais pessoas que convivem e trabalham na escola permitirão análises sobre as relações de trabalho, de poder, econômicas, sociais, etc. Por exemplo: O que fazem nos finais de semana, os alunos e seus familiares? Que locais freqüentam ou gostariam de freqüentar? Por que não podem ir a determinados lugares, o que os impedem? E os professores, quais os espaços de lazer que privilegiam? São os mesmos lugares que as famílias dos alunos freqüentam? Os dados e as análises poderão ser ampliados entre as pessoas e os grupos sociais que convivem na comunidade, nos aspectos sociais, econômicos, culturais. Quais os brinquedos e as brincadeiras que os pais dos alunos gostavam de praticar quando crianças? E os avós? Quais as semelhanças e quais as diferenças? Aqui caberiam reflexões sobre a tecnologia, a importação de produtos estrangeiros e com eles novos valores

determinando comportamentos, a propaganda, o hábito de ver televisão substituindo outras práticas de lazer, etc. Podemos analisar ainda transformações e permanências nas vivências culturais (materiais e artísticas) da coletividade no tempo e no espaço. Em que diferem os hábitos do curitibano e do cidadão nascido em Salvador ou em Tóquio, quanto à alimentação, vestuário e habitação? O que têm em comum as Festas Juninas celebradas em diversas localidades do Brasil? Essas discussões realizadas no coletivo, desmistificam os conceitos de “evolução” ou “atraso”, evitando julgamentos ou estereótipos, numa visão mais ética e humana da sociedade.

Assim, de forma gradativa, situando-se no tempo presente o aluno iniciará o reconhecimento das diversidades e as aproximações de modo de vida, culturas, crenças e relações sociais, econômicas e culturais pertencentes às localidades de seu próprio tempo e no espaço próximo em que convive. Terá a possibilidade de verificar ainda, que a sua realidade não é única, isolada, mas que estabelece laços de identidade histórica com outros tempos, outros modos de vida, outros sujeitos e outros contextos. Por outro lado, o aluno refletirá sobre a sua individualidade e identidade coletiva, um passo a mais na construção de uma cidadania crítica, consciente e participativa.

Os conhecimentos históricos ficarão mais fortalecidos com o estudo do meio. Partindo dos espaços próximos da criança como a casa, a escola e a comunidade em busca de dados significativos como: pontos de comércio, parques, praças, campos de futebol, fábricas de fundo de quintal, locais onde depositam-se materiais a serem reciclados, cada vez mais comuns como fonte de renda para as famílias e outros, os alunos participarão das pesquisas de forma mais dinâmica que nos livros, favorecendo o processo de aprendizagem. Através de relações ativas e interpretativas, nos contextos vivos e dinâmicos da realidade, ele formulará seus próprios conceitos e enunciados. Perceberá ainda os espaços estudados como sínteses de intervenções sociais, políticas, econômicas, culturais, naturais e tecnológicas de diferentes épocas no passado e no presente. Ao analisá-los ele os recriará, livres do senso comum.

Assim, registrando e organizando os diversos conhecimentos aprendidos ao longo dos estudos históricos, o aluno constrói a identidade social, percebendo-se sujeito ativo e consciente da história.

Para compreendermos melhor o processo de construção da identidade social devemos nos fundamentar no estudo de diversos autores que aprofundaram a questão, numa perspectiva mais ampla, articulando o passado do indivíduo com o grupo social a que pertence na sociedade brasileira, sociedade essa inserida na história das sociedades mundiais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A construção da identidade social nos remete ao conceito de cidadania. Esse conceito apresenta-se como resultado de um processo histórico, sempre em mutação, que originou-se na “polis grega” e depois expandiu-se nas cidades, nos núcleos urbanos. Na Grécia, era exercida pelos “homens livres” que participavam politicamente das questões públicas, com direitos e deveres estabelecidos no coletivo. Contudo era uma democracia parcial e relativa, pois restringia-se a um segmento da sociedade apenas, pois as mulheres, as crianças e os escravos não participavam dessas discussões e tomada de decisões.

Do Século V ao Século XIII, predominou na Europa, uma sociedade baseada na posse da terra, rural, feudalista, onde acentuavam-se as diferenças entre o senhor, nobre proprietário, nascido livre, e os camponeses, que nada possuíam, nem a posse de seus próprios corpos, tratados como gado, agregados à gleba. Só com o desenvolvimento da sociedade capitalista e a ascensão da burguesia em luta contra o feudalismo, em meados do Século XV que se “retoma pouco a pouco o exercício da cidadania, como parte da existência dos homens vivendo novamente em núcleos urbanos”. (MANZINI-COVRE, 1991, p. 17).

Naquele momento histórico, na fase inicial do capitalismo, quando atuou como força construtiva, a burguesia tinha um caráter revolucionário, auxiliando o desenvolvimento das cidades e das nações, defendendo ideais universais como a cidadania para todos. Foi com as revoluções burguesas, em especial a Francesa, que estabeleceram-se as Cartas Constitucionais que opunham-se às normas arbitrárias e difusas da sociedade feudal ou dos regimes monárquicos ditatoriais. O estado de Direito coloca-se assim, como oposto ao Estado de Nascimento, ao Estado Despótico. Estabeleceram-se assim direitos iguais a todos os homens, ainda que perante a lei. Esse fato foi proclamado pela Constituição Francesa e Norte-Americana, ratificado e reorganizado pela ONU através da Declaração Universal dos Direitos do Homem em 1948.

Lembre-se aqui, a importância de uma constituição. É um documento que limita o poder dos governantes e condensa a idéia dos direitos e da cidadania, único instrumento não violento para a segurança dos cidadãos, que não podem ser tratados arbitrariamente. Os homens de uma sociedade mantêm-se como cidadãos à medida que partilham as mesmas normas e podem lançar mãos delas para se defender. Constituição violada significa cair na tirania e no arbítrio dos que têm o poder econômico e/ ou político. (MANZINI-COVRE, 1991, p. 18)

No longo período de transição entre o feudalismo e o capitalismo, houve esse momento revolucionário em que a burguesia agregou todos os segmentos subalternizados da sociedade (camponeses, artesãos...) em busca da conquista de direitos iguais para todos. Mais tarde, como classe hegemônica, dominante, ela vai apresentar as características contraditórias do capitalismo nascente, a exploração e a dominação do capital. Assim, a concepção de cidadania vai adquirindo aos poucos, novos significados, pois a sociedade está passando por profundas transformações. Uma forma de compreender a cidadania é perceber como ela se desenvolveu, juntamente com o capitalismo, "pois estará também vinculada à visão da classe que o instaurou: a classe burguesa." (MANZINI-COVRE, 1991, p. 21)

A valorização do trabalho foi o primeiro marco para a existência de cidadania, quando firmou-se a concepção de que todos os homens podem ser iguais pelo trabalho e pelas capacidades que possuem. O homem devia trabalhar e fazê-lo produtivamente, acumulando o capital. Porém, essa concepção enfatizará o individualismo, característico do capitalismo emergente, da nova visão de mundo burguesa, pois os direitos humanos serão mais para aqueles que têm propriedade, servindo à dominação e exploração daqueles que não a têm. Lembremos que trata-se da propriedade capitalista (não mais a posse de terras), aquela que acumula para produzir mais ainda.

Percebe-se então, que no decorrer da mudança da sociedade feudal para a sociedade capitalista, na passagem da burguesia como classe subalterna e revolucionária para classe dominante, ocorreram novas relações de trabalho, ideologias, concepções de mundo, de religião e de ciências. Surgiram então conceitos diferentes de cidadania, ora vinculados à propriedade, mais formal e mais restrita, ora mais plena, efetiva, onde os direitos são extensivos, qualitativamente e quantitativamente a todos.

Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação do espaço, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão. Neste sentido, a prática da cidadania pode ser a estratégia, por excelência, para a construção de uma sociedade melhor. Mas o primeiro pressuposto dessa prática é que esteja assegurado o direito de reivindicar os direitos, e que o conhecimento deste se estenda cada vez mais a toda a população. (MANZINE- COVRE, 1991, p. 10)

A concepção de cidadania plena envolve os direitos civis, os direitos sociais e os direitos políticos, sempre inter-relacionados. Os direitos civis referem-se ao direito que temos de dispormos do nosso próprio corpo, de nos locomovermos, de termos liberdade de expressão. Denominamos direitos sociais os que dizem respeito às necessidades humanas básicas como: trabalho, saúde, educação, etc. Quanto aos direitos políticos, aqueles que dizem respeito à deliberação do homem sobre sua vida, destacamos os que relacionam-se à convivência com outros homens em organismos de representação direta, como os sindicatos, os partidos, as associações de bairro, etc. ou indireta (assembléias, eleição de governantes, etc.). A efetiva realização desses três conjuntos de direitos dependem de sua relação recíproca, que por outro lado, dependem da relação das forças econômicas, sociais e políticas que realmente façam valer esses direitos. Os direitos de uns precisam estar condizentes com os direitos dos outros, permitindo assim que todos desfrutem da vida no seu sentido mais pleno. Esse é o traço básico da cidadania.

No Brasil, percebemos que parte da população vive marginalizada, desrespeitada de suas condições humanas, dependendo da existência de regimes políticos efetivamente democráticos, que busquem uma sociedade mais justa e equilibrada. A cidadania em nosso país tem se revelado mais no papel, portanto é frágil e “apesar de todos os avanços a regra é a exclusão social, a incapacidade de oferecer um mínimo de igualdade de oportunidades às pessoas.” (DIMENSTEIN, 2002, p. 3) Os que detém o poder e o capital poderão manipular a classe trabalhadora através de programas “sociais” que poderão torná-la ainda mais dependente e passiva. Porque ao invés de receber uma cesta básica, o cidadão não tem um emprego que garanta o acesso à ela por seus próprios meios? Por outro lado, sabemos que vivemos numa sociedade capitalista que distribui a renda de forma cruel e desigual, então não é aceitável que se garantam as condições mínimas de sobrevivência para o cidadão que está desempregado e não tem como

adquirir o mínimo de alimentos para viver? Esta é a contradição presente na sociedade capitalista brasileira, a visão de cidadania distorcida, onde todos são iguais perante a lei, mas na prática percebem-se flagrantes desigualdades, e onde ainda o poder tem origem na posse de bens e é mais cidadão aquele que acumulou mais capital. Entretanto, a visão de cidadania pode ser elaborada, apropriada e utilizada pelos trabalhadores, no seu sentido mais universal e esses devem estar atentos aos poderes que existem e permeiam as constituições como o executivo, o legislativo e o judiciário, além de um outro poder presente na sociedade atual, o poder da mídia, formadora de padrões e de conduta. Todas as pessoas, principalmente as das classes menos privilegiadas, devem estar atentas ao papel que podem desempenhar em todos esses poderes para melhor construir a sua cidadania, estendendo-a em todos os níveis possíveis.

A teoria marxista muito contribuiu para a construção do conceito de cidadania, ao criticar o uso dos direitos pela burguesia para dominar os outros grupos sociais. Denunciou a exploração do capitalismo, que sobreviveu com uma grande acumulação de capital às custas do trabalho, do sofrimento e da exploração de inúmeras pessoas em diversos setores do planeta.

Aprenda-se a ambivalência do capitalismo: de um lado, exploração e desigualdade; de outro, caminhando concomitantemente, o aceno à igualdade e à construção da cidadania mais plena. Uma vez legislados os direitos (civis, políticos e sociais), eles tornam-se reivindicáveis pelos cidadãos, que podem lutar para realizá-los efetivamente. A força do trabalho, essa mercadoria especial, pode pressionar de diversas formas e fazer valer esses direitos. (MANZINI-COVRE, 1991, p. 36)

A nossa história em busca da cidadania evidencia que, paralela a um movimento autoritário, vem se constituindo na sociedade brasileira uma teia de organismos autônomos de exercício democrático, fruto da luta contra a tirania e a expropriação dos trabalhadores pelo capitalismo. Contudo, o pensamento e a política no Brasil baseiam-se na tese de que há imaturidade e despreparo das camadas populares para a participação e a cidadania. A realização do capitalismo em nosso país não se constituiu nos mesmos termos em que ocorreu na Europa, a partir dos movimentos populares, das revoluções burguesas. Aqui se fez às custas da marginalização da maioria dos brasileiros que precisam estar atentos aos determinantes sociais e econômicos que excluem a cidadania, conhecendo

profundamente a sua realidade para que saibam lutar por uma expressiva participação na sociedade e por todos os seus direitos.

Gilberto DIMENSTEIN, em sua obra "Cidadão de Papel", traça um panorama do desenvolvimento da cidadania no Brasil, refletindo os Direitos Humanos sob a ótica da infância e da adolescência através das problemáticas sociais que demonstram que muitas garantias do cidadão brasileiro não saíram do papel da Constituição.

Estou convencido que a infância, frágil como um papel, é o mais perfeito indicador do desenvolvimento de uma nação. Revela melhor a realidade do que o ritmo de crescimento econômico ou a renda *per capita*. A criança é o elo mais fraco e exposto da cadeia social. Se um país é uma árvore, a criança é um fruto. E está para o progresso social e econômico como a semente para a plantação. Nenhuma nação conseguiu progredir sem investir na educação, o que significa investir na infância. E isto por um motivo bem simples: ninguém planta nada se não tiver uma semente. E árvores doentes não dão bons frutos. A viagem pelo conhecimento da infância é a viagem pelas profundezas de uma nação. (DIMENSTEIN, 2002, p. 11)

A violência da renda mal distribuída no país implica em ações violentas em nossa sociedade. O assassinato ainda é a principal causa da morte de adolescentes mesmo após a criação em 1991, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que vem explicitar melhor as responsabilidades da família, da sociedade e do Estado para com os direitos dos menores, amparando-os legalmente contra todas as formas de violência. Na vida real, esse Estatuto ainda não foi assumido pela sociedade, que o critica por ser muito condescendente, embora a violência e a exploração contra os menores não tenha sido atenuada após a sua aprovação. O adulto marginal desenvolve-se a partir de uma sociedade injusta que nega-lhe as condições básicas de sua vida desde a infância. Nossa história caracteriza-se pela violência dos poderosos contra os mais fracos. Foi assim com os indígenas e depois, com os negros, vítimas da escravidão e ainda hoje, de forte preconceito. Gilberto Dimenstein, destaca ainda em suas análises que a Declaração de Princípios sobre a Tolerância, aprovada pela Conferência Geral da UNESCO vem chamar a atenção para questões que promovem o exercício da cidadania:



“A tolerância não é concessão, condescendência, indulgência. A tolerância é, antes de tudo, uma atitude ativa fundada no reconhecimento dos direitos universais da pessoa humana e das liberdades fundamentais do outro” (...)

“A tolerância é o sustentáculo dos direitos humanos, do pluralismo (inclusive o pluralismo cultural), da democracia e do Estado de Direito. Implica a rejeição do dogmatismo e do absolutismo e fortalece as normas enunciadas nos instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos” (...).

“A prática da tolerância significa que toda pessoa tem livre escolha de suas convicções e aceita que o outro desfrute da mesma liberdade. Significa aceitar o fato de que os seres humanos, que se caracterizam naturalmente pela diversidade do seu aspecto físico, de sua situação, de seu modo de expressar-se, de seus comportamentos e de seus valores, têm o direito de viver em paz e de serem tais como são. Significa também que ninguém deve impor suas opiniões a outrem” (...). Declaração de princípios sobre a tolerância. Aprovada pela Conferência Geral da UNESCO. (UNESCO, 16/11/95)

A má distribuição de renda no Brasil é um grave problema social. No ano 2000 estimava-se que 10% de brasileiros, os mais ricos, detinham 50% da concentração de renda enquanto os mais pobres dela participavam com cerca de 15%. É uma diferença muito grande e desumana que gera um grande nível de insatisfação e miséria de uma grande fatia da população. “Temos uma sociedade em que uma minoria tem mais de cinco carros na garagem, casas na praia e no campo e viaja várias vezes por ano, enquanto a maioria fica sem dinheiro para comer ou morar com o mínimo de dignidade” (DIMENSTEIN, 2002, p. 65). O maior acesso à renda nacional garantiria maiores condições de igualdade, de justiça social, um passo a mais na construção da cidadania. Se o indivíduo tem acesso real à educação, à saúde e ao lazer com qualidade, poderá ter conseqüentemente uma vida mais plena.

O uso do dinheiro público é outro fator determinante para uma sociedade mais justa e a nossa história não tem dado exemplos de aplicações adequadas, principalmente no que se refere à saúde, educação, segurança e habitação, por exemplo. Um país democrático tem governantes que dão conta das suas prioridades orçamentárias e têm cidadãos que acompanham e cobram o uso correto do dinheiro, que no Brasil, não se destina a resolver os problemas de ordem social, infelizmente, pois a vontade política apresentou outras prioridades.

Há indicadores sobre a infância, como o índice de mortalidade infantil, que permitem analisar as diferenças entre os países mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos. A mortalidade infantil acentuada no Brasil têm relações com a distribuição desigual da renda, com a falta de conhecimentos, o nível de escolaridade das famílias, a desnutrição no período de gestação da criança, a falta

de políticas sociais definidas pelo Estado, etc. Nos países mais ricos o índice de natalidade é menor que nos países menos desenvolvidos, pois geralmente os casais planejam sua família conforme a sua capacidade de sustentá-la. Porém isso está relacionado ao nível de instrução dos pais, pois quanto mais conhecimentos possuem mais perceberão a necessidade da higiene, do saneamento básico, de uma rede estruturada de saúde que os ampare quando a ela recorrem. Nas famílias em que a mãe é analfabeta, a taxa de mortalidade infantil atinge o seu ponto máximo. Há um outro agravante, as meninas com baixo índice de escolaridade ficam grávidas precocemente, pois quanto maior o nível de instrução, menor a taxa de fecundidade e maior a proteção contra doenças sexualmente transmissíveis.

O Brasil vive uma situação econômica precária e instável. A população cresceu muito, mas o desenvolvimento retrocedeu a partir da década de 80, entrando num período de recessão. A economia foi perdendo fôlego, milhões de pessoas estão desempregadas ou vivem da economia informal, sem garantias trabalhistas. Em 1990, ocorreu a estagflação, combinando a recessão (menos empregos disponíveis) com a inflação (preços mais altos). Essa situação penalizou as camadas mais pobres da população, atingindo principalmente a qualidade de vida das crianças e dos adolescentes.

A infância é uma etapa de vida onde os seres humanos encontram-se frágeis e necessitam ser amparados para que desenvolvam-se adequadamente, por esse motivo intensificou-se a preocupação em garantir os direitos dos menores. Em 1959, foi aprovada uma Declaração dos Direitos das Crianças pela Assembléia Geral das Nações Unidas. Dimenstein observa em seu livro que a Constituição Brasileira de 1988, no seu Artigo 227, afirma o seguinte: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à saúde, à alimentação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão", o que de certa forma ratifica os princípios universais da ONU. Entretanto, o nosso país precisa reverter o quadro violento de uma sociedade injusta, de renda mal distribuída, onde as crianças e adolescentes tornam-se presas fáceis das drogas que aniquilam as suas consciências e os seus projetos pessoais de mudanças. "Um menino de rua é mais do que um ser descalço, magro, ameaçador e mal vestido. É

a prova da carência de cidadania de todo um país, em que uma imensa quantidade de garantias não saiu do papel da Constituição. É um espelho ambulante da História do Brasil.” (DIMENSTEIN, 2002, p.28)

A História do Brasil caracteriza-se pela opressão dos mais fracos por aqueles que detêm o poder. Inicialmente, com os índios que eram vistos como seres inferiores, preguiçosos que não se adaptavam ao tipo de trabalho que os colonizadores portugueses pretendiam. Mais tarde, vieram os negros e com eles a escravidão, onde os seres humanos eram considerados simples instrumentos de labuta. O Brasil foi a última nação independente a acabar com a escravidão, o que trouxe marcas para a nossa cultura. Historicamente, os primeiros meninos de rua do Brasil eram os filhos dos escravos, sem instrução para encontrar trabalho na sociedade, viviam mendigando pelas ruas, sujeitos à prática de delitos e vícios, isso em 1.888, logo após a promulgação da Lei Áurea que acabou com a escravidão no país. A solução encontrada pela sociedade na época, foi a de isolar os menores em asilos correccionais. Acentuou-se em nossa sociedade o preconceito racial contra os negros. Aqui, negro e pobre, sempre é o primeiro suspeito de crimes, pré-julgado e às vezes condenado sem que haja uma pesquisa imparcial da verdade dos fatos.

As décadas de 80 e 90 caracterizaram-se no Brasil, como um período de recessão, o que acarretou inúmeras conseqüências na sociedade. Deixamos de crescer e o governo, por outro lado endividou-se muito, contraindo empréstimos no exterior. A população começou a sentir os efeitos do desemprego e da inflação. Essa por sua vez, estimulou a especulação financeira. Os empresários preferiram investir a gerar empregos, devido à instabilidade vivenciada no momento. Para piorar a situação dos cidadãos, haviam resquícios da ditadura militar, onde a liberdade de expressão e de organização dos trabalhadores era punida violentamente. De 1964 até 1984, foram vinte anos de repressão política, que serviram para acentuar na população atitudes de passividade, de submissão. Porém, aos poucos, surgiram movimentos sociais reivindicatórios que ansiavam por mudanças, entre eles o “Diretas Já”, que buscava maior participação do povo nas decisões do país com a escolha do presidente pelo voto direto. Aqui e ali, despontava uma maior conscientização da população pelos seus direitos e deveres.

Atualmente, um dos maiores problemas sociais é o desemprego, acentuadamente entre os mais jovens, o que tem gerado violência e

marginalização. Faz-se necessário medidas que garanta a eles meios de ingressar no mercado de trabalho. Mais educação, mais emprego, menos possibilidade de envolvimento com as drogas e outros fatores de risco. Apesar do Brasil apresentar novamente tendências ao crescimento, convivemos com o fenômeno da globalização e junto com ela, novas tecnologias que aumentam a competição e o risco de desemprego. Sem preparo adequado, o trabalhador corre o risco de ficar à margem da sociedade. A educação apresenta-se como fator determinante para mudanças sociais significativas e auxilia a construção da cidadania pelos indivíduos e pela coletividade.

Outra questão a ser pensada é a migração intensa no país, principalmente dos nordestinos em busca de melhores condições de vida em outras regiões. Os meninos de rua de hoje quase sempre são migrantes ou filhos de migrantes sem instrução. Os governos não colaboraram para que esses movimentos diminuíssem, pois deixaram de promover benefícios para manter o homem rural no campo. Para ele, é melhor viver nas ruas das grandes cidades do que morrer de fome na sua região, árida e sem recursos mínimos de sobrevivência. Nos faltam programas sociais que minimizem esses problemas. Para vivermos de forma mais democrática temos que garantir que nossas crianças não sofram com a fome e também freqüentem a escola por maior período de tempo. E que nessa escola tenhamos professores qualificados, que garantam um bom nível de ensino a essas crianças.

A família é pobre. Mora numa casa onde não existe saneamento básico. O ambiente facilita a transmissão de doenças. As doenças enfraquecem o corpo, que já é desnutrido. A criança desnutrida não aprende direito o que é ensinado. E quem não estuda não consegue arrumar um bom emprego. Um jeito de quebrar esse círculo tenebroso é investir em educação. Isso porque uma pessoa instruída pode defender melhor seus direitos e saber quais são as suas obrigações. São muitos os países que progrediram porque investiram nas suas crianças. Quando essas crianças cresceram viraram trabalhadores qualificados, cientistas. Para começar, esses países investiram no ensino fundamental. Isso explica, em grande parte, o rápido desenvolvimento do Japão e de outras nações do leste asiático. ( DIMENSTEIN, 2002, p. 163 )

A cidadania aponta para uma sociedade melhor, mais democrática, mas por outro lado, depende da ação dos sujeitos e dos grupos sociais em conflito e das condições globais da sociedade. As pessoas devem exercer a crítica construtiva do que é comum a todos. Cada um pode e deve, criar e intervir, de forma que

tenhamos as mesmas condições regidas por normas legais das quais possamos fazer uso igualmente.

Ao pensarmos em cidadania temos que tratar com o individual e o coletivo, ao mesmo tempo, na busca da justiça, igualdade e liberdade. É uma relação complexa, pois a individualidade do sujeito deverá ser respeitada. Entretanto, o homem faz a sua própria história, não isoladamente, e sim, no contexto das condições sociais de existência, das relações materiais e objetivas. Viver em sociedade hoje em dia requer do sujeito bastante flexibilidade e certa multiplicidade de identidades devido à dinâmica da complexidade social do mundo moderno. “Os seres humanos são seres instáveis e a vida é constituída por inúmeros acontecimentos, acidentes e encontros que podem liberar suas múltiplas personalidades potenciais.” (CARRANO, 2000, p. 17) Hoje, o significado da identidade define-se como relacional e móvel, pois ocorre num mundo de múltiplas possibilidades e escolhas.

Os caminhos humanos são fios de uma teia de relações históricas que vamos tecendo enquanto percorremos os diferentes territórios que habitamos. O conceito de identidade, nesta perspectiva, não pode comportar nenhum sinal que implique em isolamento ou fixação. Se, por um lado, num passado pré-moderno o mundo estava aprisionado em relações sociais rígidas e hierarquicamente fixadas, por outro, hoje vivemos num mundo em permanente movimento e relação. A identidade é muito mais resultante da ação consciente dos indivíduos do que uma situação definida por laços de hereditariedade. (CARRANO, 2000. p. 17)

Vivemos num mundo onde as mudanças são muito rápidas e as possibilidades diversas, isso nos causa angústia pois não conseguimos fazer ou ter tudo o que queremos. Ansiamos tanto por tudo, que o futuro nos causa medo. Não sabemos lidar adequadamente com o ritmo da nossa sociedade. Assim, como indivíduos, temos que estar abertos a mudanças de códigos, de papéis, de formas de relações, permanentemente sem, contudo perdermos as nossas características principais. É assim, um processo de aprendizagem que exige reflexão constante, integrando o passado e o presente, numa dinâmica conflituosa entre o “eu” e o grupo, num exercício constante de interação onde devem coexistir igualdade e reciprocidade. A identidade individual se torna mais consciente quanto mais se relacionar na coletividade, numa troca de influências e tomadas de decisões no campo de ação social.

Assim, é imprescindível haver uma educação para a cidadania de maneira que as pessoas tomem consciência de seus direitos como cidadãos e se organizem para lutar por eles. Todos têm que conhecê-los muito bem, para que saibam das possibilidades de reivindicá-los.

Quando o indivíduo tem consciência dos seus deveres e direitos, vai à luta, reivindica, organiza-se, seja no seu trabalho, no seu bairro ou na sua comunidade. É com essas lutas que amplia-se a cidadania, principalmente para a população mais carente. O indivíduo poderá organizar-se através de associações espontâneas ou mais estruturadas e deverá estar consciente de que também elas poderão ser influenciadas pelos que detém o poder, descaracterizando-se como representativas das classes populares. Agindo criticamente e lutando por seus direitos, as pessoas podem transformar historicamente seu cotidiano.

Dentro de cada um de nós está o germe da mudança social, a força interna que pode romper com o autoritarismo e o consumismo da vida cotidiana. Essa força poderá convergir em ação social coletiva para a obtenção de bens e direitos no campo econômico, social e político, em busca da construção de uma sociedade mais justa. Esse é o sentido da cidadania plena.

Cresce no país, a disposição das pessoas, especialmente dos jovens, de fazer alguma coisa, não esperar pelos governos, numa onda de trabalhos voluntários jamais vista. Essa monumental onda acaba forçando quem tem poder a agir, para que os brasileiros se respeitem e sejam respeitados. Afinal, cidadania nada mais é do que respeitar os outros com a observação dos deveres e ser respeitado porque os outros não ferem nossos direitos. (DIMENSTEIN, 2002, p. 3)

Ao trabalharmos com a construção da identidade da criança temos um dado que julgamos relevante em nossa pesquisa e que merece reflexões aprofundadas, a diversidade cultural presente na realidade social brasileira e as suas influências nos processos de construção do conhecimento e da socialização. Na escola, lidamos com a duplicidade de uma escola igual para todos, porém as pessoas que nela convivem são diferentes, possuem modos de pensar, personalidades, valores, classes sociais, rituais, etc., diversificados. Os professores não estão preparados para compreender essa diversidade nem tratá-la pedagogicamente, pois seus comportamentos apresentam-se lineares, apesar dos movimentos educacionais, que desde o final da década de 80 buscaram incorporar essa diversidade nas propostas de ensino, flexibilizando as estruturas escolares, tentando eliminar o

caráter seletivo e excludente dos sistemas. "O sistema educativo não têm por função selecionar, mas educar; não têm por função excluir, mas incluir, que ser diverso não significa ser incapaz de aprender, que a função dos profissionais é reconhecer e trabalhar pedagogicamente a diversidade, não excluir por causa da diversidade". (ARROYO, 1996, p. 45)

A diversidade cultural é marcante na história da nossa formação social, portanto deverá ser trabalhada na escola, reconhecendo-a como fator peculiar da nossa realidade, presente em nossas vidas, valorizando-a como fator da nossa cultura. A escola atual é um painel rico dessa diversidade, temos entre alunos e professores, pessoas de etnias diferentes, gêneros, grupos sociais, ricos de elementos para reflexões e debates. Devemos conhecê-la para aprendermos a respeitá-la, pois a sua interferência nos processos de socialização, de construção de valores e das identidades é acentuada e reflete-se no processo de construção do conhecimento. As identidades individuais se constroem em conjunto com as identidades coletivas e essas, por sua vez constituem-se a partir dos fenômenos de etnia, tradição, ancestralidade, gênero, língua, cultura, etc.

Dessa forma, os alunos deverão ser estimulados a preservar a memória social coletiva objetivando a construção de uma nova cidadania e uma identidade nacional plural, rompendo assim com a idéia de um passado homogêneo e sem conflitos. Durante muito tempo, nas escolas, ensinava-se uma História que excluía as diferenças e a pluralidade étnico-cultural de nossa formação. Temos que reverter esse conceito e trabalharmos com todo o patrimônio cultural que se refira à identidade, à ação e à memória dos diferentes elementos étnico-culturais formadores da nação brasileira, deixando de valorizar apenas o da classe social dominante, de origem européia, que foi, durante muito tempo, o único objeto relevante de estudo em nossas escolas.

A identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se faz com memória individual e coletiva. O processo de construção da cidadania inicia-se com o conhecimento e a preservação dos bens culturais. O indivíduo reconhece sua história de vida na vida da cidade, da comunidade que pertence, identificando suas lutas cotidianas e experiências sociais num contexto mais abrangente. A memória é o elo afetivo que liga o cidadão à sua cidade, que define seus direitos e deveres e a sua participação ativa na história, como afirma Ricardo ORIA:

E porque a memória é importante na construção da identidade e da cidadania cultural? Ora, é a memória dos habitantes que faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória é, pois, imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso, a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como o seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. Enfim, sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois perde-se o elo afetivo que propicia a relação habitante- cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeito da história. (ORIA, 1998, p. 139).

Cabe à escola mediar o conceito de escola universal, de educação comum à todos, com as características e peculiaridades presentes nos indivíduos, reconhecendo-as e aceitando-as. Essa tarefa não é fácil, pois ao incluir os setores populares na cidadania consciente, no saber construído historicamente, no ideal da igualdade, temos que ter cuidado para não nivelar as diferenças ou ignorá-las em nome de um bem comum. A escola no seu projeto pedagógico terá que incorporar as diversas manifestações culturais presentes no seu contexto social para evitar preconceitos e estereótipos, buscando valorizar todas as manifestações presentes na sua realidade.

Em seguida, passamos a sugerir em nosso trabalho, propostas de intervenção metodológica que possam ser efetuadas nos espaços escolares envolvendo professores, alunos e a comunidade escolar.



### 3 IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

A presente pesquisa pretende encaminhar propostas de trabalho pedagógico para que os professores construam com os seus alunos o conhecimento histórico necessário para a constituição da identidade social dos mesmos. A metodologia deverá se fundamentar em fontes orais e iconográficas, levantando dados, organizando informações, realizando leituras e diferentes formas de registro, baseando-se em fotografias, filmes, músicas, poesias, textos diversos, depoimentos, obras literárias, visitas a diferentes espaços sociais, objetos de uso doméstico, vestimentas, reportagens de jornais, revistas, televisão, rádio e outros.

No ensino da História, é importante que o aluno construa noções de diferenças e semelhanças, pois ao identificar as semelhanças no grupo em que convive, ele perceberá os elementos culturais comuns ao seu próprio grupo e à sociedade como um todo. Perceberá ainda que outros grupos sociais construíram e constróem diferentes modos de viver, em tempos e espaços diversos, segundo as suas necessidades. Noções de continuidade e de permanência também são conceitos fundamentais para o aprofundamento das questões históricas, ao conhecer melhor o “outro”, ampliar os meus conhecimentos sobre a minha pessoa, estabeleço relações, comparo situações num processo rico de experiências e de histórias vividas por sujeitos em suas culturas variadas, ao longo do tempo e do espaço.

Dentro da disciplina de História encontramos três conceitos importantes que deverão ser valorizados e refletidos no coletivo, pois possibilita ampliar o conhecimento histórico de alunos e professores e estabelecer maior número de relações: o fato histórico, o sujeito histórico e o tempo histórico. O fato histórico é a ação humana significativa, que permite a análise de determinado momento histórico e das permanências ou mudanças ocorridas na coletividade. Entende-se como sujeito histórico todo os “agentes da ação social”, significativos para um melhor entendimento do processo histórico, sejam eles indivíduos, grupos ou classes sociais que situados num contexto histórico, atuam no sentido de transformações ou permanências mais amplas, como os trabalhadores, os escravos, as crianças, as mulheres, os políticos, etc. O tempo histórico é um conceito abrangente que utiliza o tempo cronológico e os diferentes níveis e ritmos de durações temporais,

apreendido dentro de vivências pessoais ou ainda, como um objeto de cultura construído pela sociedade. Tais conceitos deverão permear toda a metodologia proposta, pois ao trabalhar com os métodos de pesquisas próprios da História, o aluno poderá desenvolver capacidades intelectuais autônomas. A partir da sua própria história individual e a do seu grupo social conhecer a história de outros povos e culturas, observando as diferenças, as semelhanças, as continuidades e as permanências que ocorrem no tempo e no espaço, refletindo, analisando, enfim, construindo a sua identidade social.

No Ensino Fundamental, as crianças vêm para a escola com conhecimentos e informações baseadas nas suas experiência de vida e no senso comum. Cabe à escola exercer o seu papel, interferindo, ajudando-as a observarem atentamente a sua realidade, o seu entorno, identificando as relações sociais nas múltiplas facetas em que se apresentam. O trabalho pedagógico partirá de fontes orais e iconográficas, primeiramente, levantando dados, organizando informações, realizando leituras e diferentes formas de registros, baseando-se em fotografias, mapas, músicas, textos variados, depoimentos, edificações, filmes, objetos de uso cotidiano, etc. Trabalhando com diversas fontes o aluno com a mediação do professor, perceberá que pessoas em épocas anteriores deixaram indícios de sua passagem, os quais foram descobertos e conservados pela coletividade, compreendendo assim que diferentes registros são fontes de informações para o conhecimento do passado. O aluno ampliará a capacidade de observação do seu entorno para compreender as relações sociais e econômicas do seu tempo, reconhecendo assim a presença de outros tempos no seu dia a dia. Na escola ele terá também a possibilidade de interagir com um grupo social que apresenta uma grande diversidade da sua família, o que enriquecerá o seu conhecimento e a sua percepção das relações sociais.

O trabalho poderá ser aprofundado ainda com a leitura de obras que contenham conteúdos históricos, como: reportagens de jornais, mitos, lendas, textos de livros didáticos, documentários em vídeo, telejornais, etc. Nesse sentido é importante que as crianças aprendam a selecionar e a comparar informações vindas de outras fontes, sem que sejam só as de comunicação de massas e de convívio social. Dessa maneira terão a possibilidade de desenvolverem a criticidade, questionando a veracidade das informações veiculadas por diversos

meios, expressando as suas opiniões próprias e investigando novas possibilidades de explicações. Desta forma, é interessante que o professor separe materiais com argumentações e posicionamentos diferentes sobre acontecimentos atuais ou passados e promova entre os alunos o debate, a troca de opiniões, as sínteses coletivas, amadurecendo assim o conhecimento histórico do grupo.

É importante relacionar as problemáticas locais com outras localidades, procurando estabelecer o maior número de relações entre os acontecimentos e os sujeitos históricos em diferentes tempos e espaços na tentativa de explicar melhor a complexidade das vivências históricas humanas. No olhar aprofundado para o conhecimento de outras realidades, o aluno passará a entender a sua identidade própria e a dos grupos sociais maiores. Conhecendo os diversos contextos nas suas relações sociais, culturais, econômicas e políticas o aluno reflete sobre a sua individualidade e identidade coletiva, construindo uma cidadania crítica, consciente e participativa. Os estudos históricos apreendidos de forma não linear possibilitam toda essa reflexão e estabelecem relações entre o passado e o presente, entre o local, o regional, o nacional e o mundial. Assim, partindo de realidades locais, ganham dimensões históricas e espaciais múltiplas e retornam ao local, reconstruindo-o em dimensões mais complexas.

No trabalho com a História, o professor não poderá deixar de verificar o grau de conhecimentos que os alunos possuem sobre determinado assunto, analisando-os a fim de enriquecê-los. Em seguida, propor novos questionamentos através de pesquisas e de Problematizações, utilizando fontes diversas, visitando locais ricos em informações, finalizando o trabalho com registros dos produtos culturais e promovendo novas reflexões. Os alunos deverão aprender a dimensionar a sua realidade historicamente. Assim, o professor deverá criar situações que os estimulem a estabelecer relações entre o passado e o presente, o específico e o geral, as ações individuais e coletivas, as particularidades e os contextos, etc. levando-os a uma maior autonomia nos seus estudos e pesquisas, valorizando as suas participações no trabalho pedagógico, sem contudo, deixar de direcionar e orientar os estudos históricos.

O professor deverá criar situações rotineiras de questionamento diante das ações dos sujeitos históricos e dos acontecimentos, possibilitando o seu entendimento a partir de relações de contradições ou de identidade em outros

tempos e em outros lugares, com outros sujeitos e outros acontecimentos. As explicações revelarão multiplicidade de entendimentos e de abrangências. São exemplos de situações problematizadoras as situações em que os alunos organizam as suas próprias soluções e estratégias para a intervenção na realidade.

Ressaltamos que a proposta enfatiza ainda o trabalho com documentos. Os documentos são entendidos como obras humanas que registram fragmentos de relações coletivas, sendo importantes fontes de informações para análises mais detalhadas. Refletem modos de vida, pensamentos, visões de mundo próprios de determinados tempos e espaços. Podem ser estudados na sua dimensão material e simbólica. O trabalho com documentos variados: fotografias, filmes, cartas, músicas, mitos, utensílios, vestimentas... não permitem uma aceitação passiva do que se evidencia, mas instiga o desvelamento do que não é percebido, das intenções que se ocultam, de detalhes não muito evidentes. Permitem sim, que o aluno compare e confronte todo o tipo de informação obtida numa pesquisa histórica. O aluno terá que aprender ainda a levar em conta não só o que vê, mas o seu autor, a época e o contexto em que viveu, a técnica utilizada, para assim tirar conclusões mais objetivas e críticas do seu trabalho.

O trabalho com a tipologia textual desenvolvido em Língua Portuguesa, permitirá a melhor compreensão dos textos históricos. Analisando-se o autor, o contexto em que foi escrito, a época, o lugar, a argumentação, a apreciação será bem mais abrangente e contemplará objetivos importantes das duas áreas de ensino, numa integração e complementação interessantes. A partir dos debates sobre obras diferentes que enfocam uma só temática, o aluno poderá realizar uma releitura da obra e também produzir as suas próprias obras de conteúdo histórico, individualmente ou no coletivo da turma. A proposta pedagógica permite a interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento como a Geografia, a Matemática, as Ciências, etc., pois os estudos históricos necessitam da compreensão dos conceitos de espaço, de economia e estatística, das relações com o ambiente, entre outros.

Gostaríamos de ressaltar o trabalho com o tempo no estudo da História e em nossa proposta, pois trata-se de um elemento que possibilita organizar os acontecimentos históricos. É fundamental que o aluno perceba que não existe uma única forma de registro do tempo, distinguindo mudanças e permanências nos

hábitos e costumes de sociedades estudadas em função desse elemento. O tempo histórico pode ser dividido em períodos que apresentam características econômicas, políticas, sociais definidas, que começam e terminam com mudanças nesse modo de viver. Desse modo, o trabalho pedagógico poderá explorar temas de estudo de acontecimentos que possam ser dimensionados em diferentes durações, criando situações pedagógicas que revelem as dimensões históricas dos acontecimentos passados e presentes, em toda a sua complexidade. Uma dimensão do tempo interessante para refletirmos com os alunos é a consideração do tempo como ritmo de organização da vida coletiva, as rotinas diárias das ações individuais e sociais que se diferenciam conforme a cultura de um povo. Pode-se analisar criticamente os valores que predominam na sociedade capitalista atual, influenciada pelo ritmo do relógio, comparando-os com valores de uma sociedade agrícola, do século passado, que baseava seu ritmo de vida na natureza, por exemplo. O trabalho com o tempo como elemento cultural será mais significativo para o aluno, se partir da sua realidade, ajudando-o a perceber como ele, seus familiares e sua comunidade organizam suas atividades de trabalho, alimentação, lazer, estudos, etc. Na comparação com outras sociedades, ele perceberá também que o tempo é uma criação cultural que se dá de formas variadas, não existindo uma única forma correta de organização, mas possibilidades múltiplas criadas pelas sociedades segundo as suas necessidades.

O aluno poderá desenvolver atividades de pesquisas, através de estudos do meio. Visitas a fábricas, museus, espaços de lazer, bairros, são muito significativas para as crianças porque são estimulantes, lúdicas e favorecem a aprendizagem de maneira dinâmica. Para que se desenvolvam a contento devem ser bem preparadas, pois o aluno deverá saber de antemão o quê e como pesquisar. Levantamento de questões, seleção dos locais e dos dados de informação, formas de observação, etc. são atitudes que deverão preceder o estudo do meio para garantia de um conhecimento de qualidade. No estudo do meio, o aluno não encontra conceitos formados como os apresentados em um livro didático, por exemplo, mas através de relações ativas e interpretativas, nos contextos vivos e dinâmicos da realidade ele irá formulando seus próprios conceitos e enunciados, desenvolvendo um olhar histórico sobre a realidade.

Os espaços escolares e familiares, próximos da realidade da criança, é o meio mais acessível para os estudos, pois propiciam que os alunos os percebam como sínteses de intervenções sociais, políticas, econômicas culturais, tecnológicas e naturais de diferentes épocas, no passado e no presente. Analisando o meio, o aluno recria-o livre do senso comum. Assim ao registrar e organizar os diversos conhecimentos apreendido ao longo da proposta histórica, o aluno percebe-se como sujeito ativo e consciente da História e ao perceber todas as relações que a sua coletividade estabelece com outras coletividades, no presente e no passado, cria com elas vínculos de identidade, de descendência e de diferenças, identificando as lutas e identidades existentes entre grupos e classes sociais, numa dimensão histórica, o que possibilitará assim a construção da sua própria identidade e cidadania.

Portanto, para que o projeto construa-se de modo dinâmico e abrangente propomos um trabalho com “Oficinas de História”, onde os professores poderão refletir e debater diversas questões sociais da realidade brasileira numa abordagem interdisciplinar e desenvolver um trabalho com seus alunos que possibilite a análise crítica das Problematizações propostas, visando o amadurecimento do conhecimento histórico e a percepção crítica e atuante da realidade em que estão inseridos.

### 3.1 OFICINAS DE HISTÓRIA

#### 3.1.1 Oficina nº 01 – Pivete

**Documento:** Música Popular Brasileira (Anexo 1)

**Título:** “PIVETE”

**Autor:** Chico Buarque de Holanda

**Objetivo:** Refletir com os alunos a realidade dos “menores abandonados” no Brasil, buscando estabelecer as raízes desse problema social, estabelecendo formas de superá-lo dentro da realidade vivenciada pelos cidadãos brasileiros.

**Metodologia:**

- Pesquisar com o grupo o conhecimento que eles possuem desses menores, quais as características que os diferenciam das outras

crianças, se houve um contato maior com algum aluno e o que ele pensa sobre a questão, evitando situações de preconceito e de discriminação entre o grupo. Quais as semelhanças e diferenças de um menino de rua do Rio de Janeiro e de Curitiba? Como se comportam? Frequentam a escola? Onde moram? Quais os seus anseios de vida? Quem são seus pais?

- Buscar em fontes diversas: telejornais, revistas, jornais, documentários, etc., materiais de investigação para o problema, montando um painel sobre o assunto, envolvendo familiares e a comunidade escolar nas pesquisas;
- Levar para a sala de aula o filme “Pivete”, assistindo-o previamente, a fim de preparar um debate cuidadoso sobre a questão, não esquecendo de comentar que o garoto que interpretou o papel principal era um menino de rua, que acabou morrendo assassinado, conhecendo em curto espaço de tempo a fama e a miséria da vida;
- Orientar os alunos, divididos em grupos a realizarem simulações de planejamento doméstico de famílias que vivem de rendas diversas, com o mesmo número de indivíduos para que percebam as dificuldades que os fatores sócio-econômicos de uma sociedade capitalista impõem aos cidadãos que nela convivem.

### 3.1.2 Oficina nº 02 – “100 Anos de Liberdade – Realidade ou Ilusão”

**Documento:** Música Popular Brasileira (Anexo 2)

**Título:** “100 Anos de Liberdade- Realidade ou Ilusão” – Samba-enredo da Mangueira do Carnaval de 1.988

**Objetivo:** Analisar a situação do negro na sociedade brasileira atual, identificando o preconceito racial existente disfarçado nos costumes, nos ditos populares, nas ações do cotidiano.

**Metodologia:**

- Com base na letra da música, promover um debate em sala de aula discutindo como as pessoas encaram a “cor” da pele de outras pessoas nos seus relacionamentos sociais;

- Sugerir aos alunos que pesquisem nos comerciais de TV, novelas, livros didáticos, que papéis sociais em geral, o negro desempenha, fazendo reflexões após as apresentações das pesquisas;
- Propor aos alunos que escrevam textos sobre o conceito de “Liberdade” e a sua importância para todos os seres humanos;
- Realizar as diversas leituras, debatendo os diferentes enfoques abordados pelos alunos;
- Com base em fontes variadas, estudar a contribuição do negro africano para a formação do povo brasileiro;
- Construir em conjunto com os alunos a biografia de Zumbi dos Palmares;
- Estimular a apresentação de números artísticos retratando a cultura negra: religião, danças, mitos, lendas, artes plásticas, culinária, vestuário, etc.
- Compor com ajuda dos alunos e da comunidade escolar um painel, onde evidenciem ações que podemos realizar hoje na escola, no lar, na sociedade para combater a discriminação racial;
- Elaborar em conjunto, um prato típico da culinária africana, pesquisando anteriormente a sua história e os ingredientes do seu preparo, degustando-o na coletividade. Pedir que os alunos investiguem outros pratos com os seus familiares, socializando as receitas encontradas.

### 3.1.3 Oficina nº 03 – “Não Pode”

**Documento:** Texto literário “Não pode” (Anexo 3)

**Autores:** Ruth Rocha e Tatiana Belynsky – O Estado de São Paulo, 19 nov. 1989

**Objetivo:** Através da rescrita da Declaração dos Direitos das Crianças, ONU, 1959 elaborada pelas autoras em linguagem acessível e direta, refletir sobre a situação da criança e do adolescente brasileiros, tendo como ponto de partida a realidade vivida pelos alunos.



**Metodologia:**

- Buscar em conjunto com os alunos, em fontes diversas, os motivos pelos quais representantes do mundo inteiro escreveram o documento “Declaração dos Direitos das Crianças”;
- Solicitar aos alunos que pesquisem na mídia ou em relatos orais fatos que demonstraram atitudes que ferem a Declaração. Montar um jornal com as notícias, expondo-o à comunidade escolar, convocando as pessoas para participarem de um debate sobre o assunto, buscando causas e soluções para evitar a violência contra os menores;
- Através da leitura do Estatuto da Criança e do Adolescente em vigor no país, realizada em edição especial em quadrinhos para as crianças, ajudá-los a conscientizarem-se de que os menores são a parte mais frágil da sociedade e que os adultos são responsáveis pela sua formação, verificando também o papel importante dos governos para assegurar que a legislação seja garantida;
- Auxiliar os alunos a criarem, em conjunto, princípios a serem observados em sala de aula, na escola, no lar e na sociedade a partir das reflexões sobre os textos lidos.
- Compartilhar músicas, brinquedos cantados e brincadeiras que foram utilizados pelos avós, bisavós e que ainda hoje são motivo de alegria para as crianças brasileiras, relacionando-as ao nosso folclore, valorizando-as como acervo cultural do nosso país.

**3.1.4 Oficina n.º 04 – “A Triste Partida”**

**Documento:** Literatura de Cordel – Texto Poético: “A triste partida”  
(Anexo 4)

**Autor:** “Patativa do Assaré”

**Objetivo:** Estudar o movimento migratório no Brasil, os fatores que o originam, as regiões onde o fenômeno ocorre com maior frequência, épocas em que o fluxo se intensifica, as ações políticas e sociais que os governos têm feito para evitar o problema e as conseqüências na vida das grandes cidades como a formação das favelas, as invasões, o crescimento das zonas periféricas, etc.

**Metodologia:**

- Através da poesia de um escritor nordestino, famoso por sua obra de cunho realista, caracterizada pelo relato da vida cotidiana das pessoas pobres de sua região, refletir as causas e as conseqüências sociais do movimento migratório no país;
- Estabelecer comparações entre a linguagem utilizada pelo autor e o padrão oficial da escrita, considerando a “força” e a “autenticidade” do uso de variedades dialetais por artistas. Pesquisar outros autores que se utilizaram desses recursos nas suas obras;
- Pedir aos alunos que investiguem a origem de seus familiares e de outras pessoas da comunidade escolar, buscando saber os motivos da vinda de outros locais através de um questionário objetivo, elaborado pelo coletivo da sala de aula. Convidar avós, tios, parentes, vizinhos dos alunos que tenham vindo de outras regiões do país para conversarem com a turma de alunos sobre as suas experiências e expectativas de vida;
- Elaborar linhas do tempo explorando os dados levantados pela pesquisa, estabelecendo principalmente as datas, os locais das mudanças e os principais acontecimentos da vida das pessoas como o emprego assumido, por exemplo;
- Pesquisar em livros, vídeos, revistas, etc. as rotas migratórias no país, e no mundo, comparando-as com as histórias dos entrevistados;
- Montar em conjunto com os alunos um painel com elementos da cultura nordestina ou nortista para conhecimento e valorização de seus costumes, artesanato, poesias, músicas, culinária, danças, etc. expondo-os para a visitaçãõ da comunidade escolar.

**3.1.5 Oficina nº 05 – “Alagados”**

**Documento:** Música Popular – Rock Nacional (Anexo 5)

**Título:** Alagados

**Autores:** Paralamas do Sucesso

**Objetivo:** Conhecer a realidade das favelas, as causas da sua origem , permanência e ampliação no Brasil e em outros países do mundo, observando as características dos seus moradores, as semelhanças e as diferenças e o preconceito que sofrem por residirem nesses locais. Sugerir formas de eliminar ou pelo menos, atenuar esse problema social, relacionando-as a outras questões sociais como o desemprego e a violência.

**Metodologia:**

- Através de dados atualizados, pesquisados em fontes variadas, refletir e debater:
- a distribuição de renda no país ;
- a questão do desemprego, especialmente entre os mais jovens;
- os deslocamentos populacionais, as rotas migratórias da população em busca de maiores oportunidades nas grandes cidades;
- os programas sociais do governo, sua efetiva realização e conseqüências;
- a violência, a marginalidade, o tráfico e o consumo de drogas, o poder paralelo do crime organizado, a polícia corrupta no país;
- o impacto ambiental do aumento das favelas e outras ocupações desordenadas;
- a ação de entidades não governamentais, de grupos da sociedade para buscar soluções para melhorar a qualidade de vida dos moradores das favelas, etc;
- Criar músicas, textos poéticos, paródias, no coletivo da turma, com críticas e sugestões de mudança social que demonstrem que diferentes fatores inter-relacionados são determinantes no modo de vida da população brasileira, caracterizando a sociedade capitalista em que vivem os cidadão brasileiros;
- Investigar quem são os cidadãos que moram nas favelas, de onde vieram, porque residem no local, quais as dificuldades que enfrentam, como vivem as suas crianças, quais as maiores favelas do país, quem as administra, quais os perigos diários enfrentados pelos moradores, o que o governo pode fazer...

### 3.1.6 Oficina nº 06 – “Perfeição”

**Documento:** Música POP (Anexo 6)

**Título:** Perfeição

**Autor:** Renato Russo

**Objetivo:** Analisar o conjunto dos principais problemas sociais brasileiros através da ironia da música “Perfeição” que celebra o que é ruim e violento, num contra-senso que auxilia a refletir sobre as mazelas da sociedade capitalista, seus avanços e contradições.

**Metodologia:**

- O texto é longo, portanto há necessidade de que o professor analise-o aos poucos com seus alunos, pois cada estrofe aborda uma série de questões que necessitam um aprofundamento para que o conhecimento não se dê de forma superficial e equivocada, buscando-se informações em fontes variadas para complementar os estudos, estabelecendo relações entre as questões sociais, econômicas, étnicas, éticas, culturais, políticas, históricas, etc.;
- Parodiando o texto de Renato Russo, criar coletivamente uma música que incentive a mudança da sociedade, a maior participação dos cidadãos na vida pública, celebrando uma sociedade mais justa e mais humana;
- Montar com os alunos um jornal só com notícias e manchetes “boas”, contemplando ações e pensamentos positivos, que mereçam aplausos e comemorações de todos os cidadãos membros da comunidade escolar e da sociedade em geral.

### 3.1.7 Oficina nº 07 – “Eu Sei, Mas Não Devia”

**Documento:** Texto literário (Anexo 7)

**Título:** “Eu sei, mas não devia”

**Autor:** Marina Colasanti

**Objetivo:** Refletir a verdadeira cidadania, a ação participativa na sociedade de todos os indivíduos, sem exceção, sobre seus direitos e deveres, debatendo os

perigos da acomodação, da passividade e do desconhecimento da realidade em que se insere.

**Metodologia:**

- Analisar com os alunos o texto de Marina Colasanti, onde revela-se que o excesso de trabalho e de atribuições cotidianas privam o ser humano de viver e usufruir da vida plenamente, acostumando-se aos fatos violentos, ao ambiente poluído, a ser enganado pela publicidade, a ser consumista, enfim, a não lutar pelos seus direitos de cidadão;
- Montar com os alunos, cartazes e faixas com os dizeres: “ Diga não a.....” ou ainda “ Eu não me acostumo com.....”, solicitando a colaboração e a participação dos familiares e de toda a comunidade escolar na confecção dos mesmos;
- Criar desenhos e colagens que retratem o desagravo e o não conformismo com situações de violência social, de fome, de falta de emprego e outras, expondo-os nos murais da escola;
- Os alunos, em pequenos grupos, escolhem um tema do seu cotidiano e representam-no de forma que o público possa perceber a mudança de temporalidade: Presente, passado, futuro. Exemplo: “O transporte: Como o ser humano se locomovia ontem, hoje e como será futuramente? ” ;
- Desenhar no papel, situações que expressem a temporalidade e realizar questionamentos como: “O que é natural e o que é cultural, feito pelo homem”? Quais as mudanças ocorridas ao longo do tempo?

### 3.1.8 Oficina nº 08 – “Você Sabe o Que é Ideologia?”

**Documento:** Texto informativo (Anexo 8)

**Título:** “Você sabe o que é ideologia?”

**Autor:** Frei Betto – OSPB – Introdução à política brasileira. São Paulo, Ática, 1986.

**Objetivo:** Levar professores e alunos a perceberem o que é ideologia, conscientizando-se de que todos possuem uma ideologia e que a demonstramos através de nossas idéias e nossas ações.

**Metodologia:**

- Realizar em conjunto com os alunos, o levantamento de dados que demonstram como somos influenciados pela educação familiar, pela escola, pela televisão, pelos jornais, pela moda, pelo cinema, pela igreja e outros, criando quadros comparativos de Pensamentos e Ações com base nas experiências vividas pelos indivíduos e seus grupos sociais;
- Refletir o poder atual da mídia na vida dos seres humanos, especialmente da sociedade brasileira;
- Refletir sobre o consumismo desenfreado que leva as pessoas a gastar mais do que poderiam para adquirir produtos que nem sempre são de primeira necessidade. Elaborar uma lista de produtos de primeira necessidade e de produtos supérfluos, comparando-as e analisando o modo como o grupo os classificou;
- Pedir aos alunos que escrevam num papel 3 prioridades de cada item: “O que eu gostaria de ser” – “O que eu gostaria de fazer”- O que eu gostaria de ter” – Expor em um painel e debater no grupo o que é realmente importante para o ser humano, questões materiais e questões não materiais, e a forma como lidamos com elas em nossas vidas.

**3.1.9 Oficina nº 9 – “Trabalhando a Identidade dos Alunos”**

**Documentos:** Fotografias antigas, entrevistas, livros de receitas, objetos familiares, relatos pessoais, documentos diversos.

**Objetivo:** Propiciar aos alunos um conhecimento mais aprofundado da sua realidade, os espaços escolares e familiares, percebendo-os como sínteses de intervenções sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e naturais de diferentes épocas no passado e no presente, possibilitando ainda que os alunos reflitam sobre a sua individualidade e identidade coletiva em busca de uma cidadania crítica, consciente e participativa.

**Metodologia:**

- Solicitar aos alunos que tragam fotografias antigas de seus pais ou familiares, tentando descobrir em grupo, a qual aluno pertence.

- Observar características físicas, tipo de vestuário utilizado, a época em que foi revelada, o mobiliário aparente nas fotos, o local que serviu de cenário, etc.
- Com interferências, chamar atenção para aspectos relevantes do passado que continuam presentes ou não na atualidade. Com esses dados é possível trabalhar a constituição da família brasileira ao longo do tempo, as permanências e as mudanças observadas em um longo período, refletindo aspectos estereotipados que apresentam-se ainda nos livros didáticos e outros meios de comunicação;
- Refletir a inclusão na sociedade moderna, das pessoas que apresentam necessidades educativas especiais, por ordem física ou psíquica, buscando soluções para que a sociedade os aceite de modo a não discriminá-los, respeitando os seus limites e valorizando as potencialidades de todos os indivíduos;
- Elaborar coletivamente, linhas do tempo com a história de vida dos alunos, suas rotinas individuais e coletivas, sobrepondo- as à história do Brasil e do mundo, para que se percebam como agentes atuantes das sociedades.
- Trabalhar as noções de anterioridade, posterioridade e simultaneidade, mudanças e permanências, continuidade e rupturas, fundamentais para a compreensão e estabelecimento de relações no tempo pela criança;
- Solicitar aos alunos que tragam para a sala de aula alimentos que são elaborados e consumidos nas suas casas há muito tempo, contando porque eles fazem parte das tradições de suas famílias, relatar ainda quais os ingredientes que levam na sua confecção e as datas em que se costuma apreciá-los, socializando as informações com o coletivo da turma;
- Elaborar uma exposição com os objetos antigos das famílias dos alunos, pedindo que contem a história de cada um deles e a sua importância na vida dos seus familiares;
- Convidar para visitar a sala de aula e/ou realizar visitas às pessoas da comunidade que possam fazer relatos de suas experiências de vida,

deixando que os alunos descubram elementos significativos naquelas pessoas que possam ser valorizados pelo grupo. Não vale convidar pessoas conhecidas como políticos ou artistas, têm que ser pessoas comuns, que aparentemente não possuam nada a destacar.

- Criar um “Museu das Pessoas do Bairro”, expondo fotos, histórias individuais e trechos importantes da entrevista, destacando o motivo pelo qual o aluno achou a pessoa digna de participar do museu.



### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que a construção da identidade individual e social se desenvolva com vistas a uma cidadania crítica e consciente, enfatizamos a importância do estudo da sociedade brasileira, em todos os seus aspectos contraditórios de formação, por entendermos que é a realidade onde estamos inseridos, referenciando-a em nossas análises e práticas sociais. Tal propósito, em nosso entendimento, deverá contribuir principalmente para o aluno oriundo das classes trabalhadoras, que tradicionalmente posicionavam-se à margem da história, objetivando que ele adquira maior compreensão do contexto social que vivencia. A reflexão aprofundada do meio em que o aluno convive, favorecerá a possibilidade de se estabelecerem relações entre outras sociedades e culturas, numa abordagem cada vez mais abrangente, o que facilitará, por outro lado, a construção da sua identidade individual e social.

No trabalho com as “Oficinas de História”, destacamos as reflexões que poderão ser efetuadas a partir do estudo da formação cultural da população brasileira, onde povos e culturas múltiplas, especialmente o negro e o índio, trouxeram marcas importantes na sua constituição. Entendemos que o trabalho com a pluralidade cultural ajudará na identificação de elementos comuns e na percepção de que outras sociedades, próximas ou distantes no tempo e no espaço, construíram e constróem modos de viver e de agir diferenciados, propiciando que o aluno adquira uma visão mais ética e profunda da realidade humana. A diversidade cultural presente influi na construção do conhecimento e no processo de socialização do aluno e ao compreendê-la, aprenderá a valorizar esse elemento da nossa realidade e cultura.

Dessa forma, o aluno poderá transportar o conhecimento adquirido para além da escola, construindo propostas, tomando decisões, solucionando problemas com os quais convive na realidade como o preconceito racial e outras formas de discriminação social, por exemplo. O importante é levar o aluno a perceber-se como parte integrante e agente da história, refletindo sobre os determinantes sociais, políticos e culturais que influem no seu modo de vida, sendo capaz de interferir e de mudar, posicionando-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais.

Ao conhecer profundamente a sua realidade, o aluno perceberá que pode tentar interferir e organizar-se coletivamente, buscando fazer valer os seus direitos de cidadão. Conhecendo e vivenciando outras histórias fará uma reflexão sobre a sua individualidade e sobre o coletivo do qual faz parte. No local e no global, reconhecerá diversidades e aproximações das relações econômicas, sociais, culturais, étnicas, religiosas, etc. estabelecendo laços de identidade histórica nos diferentes contextos.

Finalizando, consideramos essencial o trabalho com o conceito de cidadania, desde as suas origens históricas até a forma como vem se constituindo em nosso país. O aluno deverá compreendê-la como prática efetiva de direitos e deveres políticos, civis e sociais. Aprenderá a respeitar o outro e a exigir respeito, em busca de uma sociedade mais justa.

Acreditamos que essas análises e propostas de atividades pedagógicas, tendo como fundamentação teórica as características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, culturais e materiais muito contribuirão para que professores e alunos possam refletir sobre a construção da identidade social e o seu papel no exercício efetivo da cidadania.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Assumir nossa diversidade cultural. In: **Revista da Educação da A.E.C.** Brasília, v. 25 , p. 42-50, jan/mar 1996.

\_\_\_\_\_. Pátria amada, ignorada. In: **Em Aberto**. Brasília, ano 7, n. 37, p. 17-23, jan/mar, 1988.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História, Geografia**. Brasília: MEC/SEF, v. 5, 1997.

BUFFA, E.; ARROIO, M. G.; NOSELLA, P. **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** São Paulo: Cortez, 1987.

CARRANO, P. C. R. Juventudes: as identidades são múltiplas. In: **Movimento: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense**. Rio de Janeiro: n. 1, p. 10-26, maio/2000.

DIMENSTEIN, G. **O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil**. 20ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

FRANCO, L. A. C. A disciplina na escola. In: **ANDE**. São Paulo: n. 6 , p. 62-67, 1986.

MANZINI-COVRE, M. L. de. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MELLO, T. de. **Faz escuro mas eu canto: porque a manhã vai chegar**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

ORIÁ, R. Memória e ensino de história. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, p. 129-146, 1998.

PINSKY, J. (org.). **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1992.

# ANEXOS

**ANEXO 1****“Pivete”**

Chico Buarque de Holanda

No sinal fechado, ele vende chiclete  
Capricha na flanela, e se chama Pelé  
Pinta na janela, batalha algum trocado  
Aponta um canivete, e até  
Dobra o carioca, desce a Frei Caneca  
Se manda pra Tijuca, sobe o Borel

Meio se maloca, aceita numa “boa”  
Descola uma mutuca, um “papel”  
Sonha aquela “mina”, prancha parafina  
Dorme gente fina, acorda pinel  
Zanza na sarjeta, fatura uma besteira  
E tem as pernas tortas  
E se chama Mané

Arromba uma porta, faz ligação direta  
Engata uma primeira, e até  
Dobra a Carioca, desde a Frei Caneca  
Se manda pra Tijuca na contramão  
“Dança” pára-lama, “já-era” pára-choque  
Agora ele se chama Emersão  
Sobe no passeio, pega no recreio  
Não se liga em freio, nem direção

No sinal fechado, ele transa chiclete  
E se chama Pivete  
E pinta na janela, capricha na flanela  
Descola uma bereta, batalha na sarjeta  
E tem as pernas tortas...

**ANEXO 2**

“100 Anos de Liberdade – Realidade ou Ilusão”

Samba-enredo da Mangueira no Carnaval de 1988

Será...

Que já raiou a liberdade

Ou se foi tudo ilusão

Será...

Que a Lei Áurea tão sonhada

Não foi o fim da escravidão

Hoje dentro da realidade

Onde está a liberdade

Onde está que ninguém viu

Moço

Não se esqueça

Que o negro

Também construiu

As riquezas

Do nosso

Brasil (Bis)

Pergunte ao Criador

Quem pintou esta aquarela

Livre do açoite na senzala

Preso na miséria da favela.

Sonhei  
Que Zumbi dos Palmares  
Voltou  
A tristeza do negro  
Acabou  
Foi uma nova  
Redenção

Senhor, eis a luta  
Do bem contra o mal  
Que tanto sangue  
Derramou  
Contra o preconceito  
Racial

O negro samba  
Negro joga capoeira  
Ele é o rei  
No verde e rosa  
Da Mangueira



### ANEXO 3

#### “Não Pode”

Ruth Rocha e Tatiana Belynsky

- Não se pode tratar mal uma criança só porque ela tem esta ou aquela raça, esta ou aquela religião, porque ela é pobre, estrangeira ou está malvestida.
- Não se pode deixar faltar proteção a uma criança. Os pais não podem e o governo também não!
- Não se pode deixar uma criança sem nome, sem registro, sem nacionalidade. A criança sem registro já começa sua vida com menos do que as outras.
- Não se pode deixar uma só criança, ou uma só mãe, sem comida, sem casa, sem médico.
- Não se pode, de jeito nenhum, deixar a criança sem escola, principalmente aquela criança que tenha qualquer problema físico ou mental.
- O governo tem obrigação de dar escola. Os pais têm obrigação de lutar por isso!
- Não se pode deixar nenhuma criança crescer sem ter onde ou quando brincar!
- Não se pode por nenhum motivo abandonar uma criança. Não pode e acabou-se!
- De maneira nenhuma se pode explorar uma criança. Os patrões não podem. E os pais menos ainda!
- Não se pode bater nas crianças! Nem o pai, nem o patrão, nem o professor, muito menos a polícia, que existe para proteger todo o mundo! Não pode mesmo!

(O Estado de S. Paulo, 19 nov. 1989)

## ANEXO 4

### “A Triste Partida”

Patativa do Assaré

Setembro passou  
Cum oitubro e novembro  
Já tamo em dezembro  
Meu Deus, qui é de nós?  
Assim fala o pobre  
Do seco Nordeste  
Cum medo da peste  
Da fome feroz

Rompeu-se o nata  
Porém a barra num veio  
O sol bem vermeio  
Nasceu muito além  
Na copa da mata  
Buzina a cigarra  
Ninguém vê a barra  
Pois a barra num tem

Sem chuva na terra  
Descamba janeiro  
Depois fevereiro  
E o mesmo verão  
Entonce o nortista  
Pensando consigo  
Diz isso é castigo  
num chove mais não

Agora pensando  
Ele segue outra tria  
Chamando a famia  
Cumeça a dizê:  
Eu vendo meu burro  
Meu jegue e o cavalo  
Nóis vamo a São Palo  
Vivê ou morre

Nóis vamo a São Palo  
Qui a coisa tá feia  
Por terras aleia  
Nóis vamo vagá  
Se o nosso destino  
Num fô tão mesquinho  
Pro mesmo cantinho  
Nóis torna a vortá

E vende seu burro  
O jumento e o cavalo  
Inté mesmo o galo  
venderam também  
Pois logo aparece  
Feliz fazendeiro  
Por poco dinheiro  
Lhe compra o que tem

Em um caminhão  
Ele joga a família  
Chegô o triste dia  
Já vai viajá  
A seca é terrível  
Qui tudo devora  
Lhe bota pra fora  
Da terra natá

Chegô em São Palo  
Sem cobre, quebrado  
E o pobre acanhado  
Procura um patrão  
Só vê cara estranha  
Da estranha gente  
Tudo é diferente  
Do caro torrão

Trabaia dois ano  
Três ano e mais ano  
E sempre nos prano  
De um dia vortá  
Mas nunca ele pode  
Só vive devendo  
E assim vai sofrendo  
E sofre sem pará

Se alguma notícia  
Das bandas do Norte  
Tem ele por sorte  
O gosto de ouvi  
Lhe bate no peito  
Saudade de môio  
E a água nos óio  
Cumeça a caí

Distante da terra  
Tão seca, mas boa  
Exposto à garoa  
À lama e ao pau  
Faz pena o nortista  
Tão forte e tão bravo  
Vive cumo escravo  
No norte e do Su

**ANEXO 5**  
"Alagados"

Paralamas do Sucesso

Todo dia  
O sol da manhã vem e lhes desafia  
Traz do sonho pro mundo  
Quem já não queria  
Palafitas, trapiches, farrapos  
Filhos da mesma agonia  
E a cidade  
Que tem braços abertos  
Num cartão-postal  
Com os punhos fechados  
Na vida real  
Lhes nega a oportunidade  
Mostra a face dura do mal

Alagados  
Trenctown  
Favela da maré  
A esperança não vem do mar  
Nem das antenas de tevê  
A arte de viver da fé  
Só não se sabe fé em que.

**ANEXO 6**  
**“Perfeição”**

Renato Russo

Vamos celebrara estupidez humana  
A estupidez de todas as nações  
O meu país e sua corja de assassinos  
Covardes, estupradores e ladrões  
Vamos celebrar a estupidez do povo  
Nossa polícia e televisão  
Vamos celebrar nosso governo  
E nosso Estado que não é nação  
Celebrar a juventude sem escola  
As crianças mortas  
Celebrar nossa desunião  
Vamos celebrar Eros e Thanatos  
Persephone e Hades  
Vamos celebrar nossa tristeza  
Vamos celebrar nossa vaidade.

Vamos comemorar como idiotas  
A cada fevereiro e feriado  
Todos os mortos nas estradas  
Os mortos por falta de hospitais  
Vamos celebrar nossa justiça  
A ganância e a difamação  
Vamos celebrar os preconceitos  
O voto dos analfabetos  
Comemorar a água podre  
E todos os impostos  
Queimadas, mentiras e seqüestros  
Nosso castelo de cartas marcadas  
O trabalho escravo

Nosso pequeno universo  
Toda hipocrisia e toda afetação  
Todo roubo e toda indiferança  
Vamos celebrar epidemias:  
É a festa da torcida campeã.

Vamos celebrar a fome  
Não ter a quem ouvir  
Não se ter a quem amar  
Vamos alimentar o que é maldade  
Vamos machucar um coração  
Vamos celebrar nossa bandeira  
Nosso passado de absurdos gloriosos  
Tudo que é gratuito e feio  
Tudo que é normal  
Vamos cantar juntos o Hino Nacional  
(a lágrima é verdadeira)  
Vamos celebrar nossa saudade  
E comemorar a nossa solidão.

Vamos festejar a inveja  
a intolerância e a incompreensão  
Vamos festejar a violência  
E esquecer a nossa gente  
Que trabalhou honestamente a vida inteira  
E agora não tem mais direito a nada  
Vamos celebrar a aberração  
De nossa falta de bom senso  
Nosso descaso por educação  
Vamos celebrar o horror  
De tudo isso – com festa, velório e caixão  
Está tudo morto e enterrado  
Já que também podemos acelerar



A estupidez de quem cantou esta canção.

Venha, meu coração está com pressa

Quando a esperança está dispersa

Só a verdade me liberta

Chega de maldade e ilusão.

Venha, o amor tem sempre a porta aberta

E vem chegando a primavera –

Nosso futuro recomeça:

Venha, que o que vem é perfeição

## ANEXO 7

“Eu sei, mas não devia”

Marina Colasanti

Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia. A gente se acostuma a morar num apartamento de fundos e não ver outra vista que não as janelas ao redor. E porque não tem vista, logo se acostuma a não olhar para fora. E porque não olha para fora. E porque não olha para fora, logo se acostuma a não abrir de todo as cortinas. E porque não abre as cortinas, logo se acostuma a acender mais cedo a luz. E à medida que se acostuma, se esquece do sol, esquece do ar, esquece da amplitude.

A gente de acostuma a acordar sobressaltado porque está na hora. A tomar café correndo porque está atrasado. A ler o jornal no ônibus porque não pode perder tempo de viagem. A comer sanduíche porque não dá para almoçar. A sair do trabalho porque já é noite. A cochilar no ônibus porque está cansado. A deitar cedo e dormir pesado sem ter vivido o dia.

A gente se acostuma a abrir o jornal e ler sobre a guerra. E a aceitar a guerra. E aceitando a guerra, aceita os mortos e que haja um número para os mortos. E aceitando os números, aceita não acreditar nas negociações de paz. Não aceitando as negociações de paz, aceita ler todos os dias sobre a guerra, seus números e sua longa duração.

A gente se acostuma a esperar o dia inteiro e ouvir no telefone: hoje não posso ir. A sorrir para as pessoas sem receber um sorriso de volta. A ser ignorado quando precisa tanto ser visto.

A gente se acostuma a pagar tudo que se deseja e necessita. E a lutar para ganhar com quem pagar. E a ganhar menos do que precisa. E a fazer fila para pagar. E a pagar mais do que as coisas valem. E a saber que cada vez pagará mais. E a procurar mais trabalho, para ganhar mais dinheiro, para ter com que pagar nas filas em que se cobra.

A gente se acostuma a andar pelas ruas a ver cartazes. A abrir as revistas e ver artigos. A ligar a televisão e assistir comerciais. A ir ao cinema e engolir publicidade. A ser instigado, conduzido, desnorreado, lançado na infundável catarata dos produtores do consumo.

A gente se acostuma à poluição, às salas fechadas de ar condicionado e ao cheiro de cigarros. À luz artificial de ligeiro temos. Ao choque que os olhos levam à luz natural. Às bactérias da água potável. À contaminação da água do mar. À morte lenta dos rios. Se acostuma a não ouvir passarinhos, a não ter galo de madrugada, a temer a hidrofobia dos cães, a não colher fruta no pé, a não ter sequer uma planta por perto.

A gente se acostuma a coisas demais para não sofrer. Em doses pequenas, tentando não perceber, vai afastando uma dor aqui, um ressentimento ali, uma revolta lá. Se o cinema está cheio, a gente senta na primeira fila e torce um pouco o pescoço. Se a praia está contaminada, a gente molha só os pés e sua o resto do corpo. Se o trabalho está duro a gente se consola pensando no fim de semana. E se no fim de semana não há muito o que se fazer, a gente vai dormir mais cedo e ainda fica satisfeito porque tem muito sono atrasado.

A gente se acostuma a não ralar na aspereza para preservar a pele. Se acostuma para evitar feridas e sangramentos, para esquivar-se da faca e da baioneta, para poupar o peito.

A gente se acostuma para poupar a vida que aos poucos se gasta e que se gasta de tanto acostumar. Se perde a si mesma.

A gente se acostuma a ser acostumado.

## ANEXO 8

“Você sabe o que é ideologia?”

Frei Betto

Ideologia é um conjunto de idéias que temos na cabeça. Idéias políticas, morais, estéticas, religiosas, etc. Todo mundo tem ideologia. Mas nem todos sabem que têm ideologia. A ideologia é como os óculos que ficam na frente de nossos olhos. Quem usa óculos enxerga melhor as coisas quando as têm diante dos olhos. Mas ao ver as coisas, não vê os próprios óculos. Assim é a ideologia: em geral, não temos a consciência da ideologia plantada na nossa cabeça.

Quem planta essa ideologia na nossa cabeça? A educação familiar, a escola, a televisão, os jornais, a moda, o cinema, as igrejas controladas pela classe mais poderosa, a ideologia predominante nessa sociedade costuma ser a sociedade da classe que detém o poder. Por isso, há moradores da favela conformados, acreditando que sempre haverá ricos e pobres.

A ideologia produz em nós uma escala de valores e um modo de agir. Numa sociedade desigual, em geral a ideologia encobre a realidade: acreditamos que a miséria no Nordeste é fruto da fatalidade ecológica da seca ou que a inflação é um balão de oxigênio com vida própria que nem os mais competentes economistas conseguem dominar.

Algumas vezes, objetivos de uma determinada classe não podem ser atingidos se outra classe atuar. Para impedir essa ação, usa-se a propaganda ideológica. A propaganda ideológica tem como objetivo formar parte das idéias e convicções do indivíduo e orientar seu comportamento social, criando a alienação, a ignorância sobre sua condição de vida e seu papel na sociedade.

Há porém uma ideologia que ajuda a descobrir a realidade, fazendo-nos vê-la assim como um mecânico vê um carro: por dentro, conhecendo toda a engrenagem e os mecanismos de funcionamento. Essa ideologia – ideologia dos oprimidos – é temida pelos opressores.